

Direito do Gás e do Petróleo
Mestrado em Direito e Prática Jurídica

Tópicos de correcção:

1. Identificação das prestações típicas de cada contrato e seus princípios fundamentais, quanto à titularidade dos hidrocarbonetos, e grau de apropriação pública dos mesmos (respectivamente concessão, partilha de produção e prestação de serviço com risco). Identificação dos modelos mais atrativos em países onde ainda não se verificou uma descoberta, ou menos atrativos do ponto de vista do desenvolvimento do sector petrolífero (concessão). Identificação das principais cláusulas dos referidos contratos, quanto a royalties, cláusulas de estabilização, etc.
2. Aplicação do processo de liberalização e de unbundling. As directivas e o começo do processo de liberalização. A separação de actividades em termos jurídicos, contabilísticos, patrimoniais e em função de garantias de independência de gestão. A explicação das diversas actividades, e seus títulos de licenciamento. A concessão no sector do transporte e distribuição. A concessão na regaseificação e armazenagem. Num fase a concessão residual da importação nos termos dos contratos de take or pay. A liberalização da comercialização. O comercializador de último recurso. A regulação da ERSE, o regulamento tarifário e o regulamento das relações comerciais.
3. Aplicação do processo de liberalização e de unbundling. As directivas e o começo do processo de liberalização. A separação de actividades em termos jurídicos, contabilísticos, patrimoniais e em função de garantias de independência de gestão. A explicação das diversas actividades, e seus títulos de licenciamento. No sector do gás as actividades concessionadas e o regime liberalizado – tipos de títulos. No sector petrolífero o regime do upstream (movimento de supressão das concessões) e sector downstream, modelo de início liberalizado (diverso do do gás) e licenciamento de equipamentos.